



A CONSTITUIÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NO RS E SUAS TENDÊNCIAS DE PESQUISA

Giovane Antonio Scherer
Thaísa Teixeira Closs
Graziela Scheffer
Jessica Mizoguchi
Inez Rocha Zacarias

RESUMO: O presente artigo analisa o debate profissional no Estado do Rio Grande do Sul entre os anos de 1975 à 1985, contextualizando o processo de criação do programa de pós-graduação em Serviço Social da PUCRS, como o primeiro da área no Sul do Brasil. Problematisa, através de uma pesquisa bibliográfica, as tendências de renovação profissional presentes no Serviço Social gaúcho. O estudo documental das produções oriundas do PPG em Serviço Social em questão, revela um predomínio de pesquisas referentes à formação e às escolas de Serviço Social, seguidas pela ênfase para o desenvolvimento de comunidade, mobilização e educação popular.

PALAVRAS-CHAVE: Fundamentos do Serviço Social; Pesquisa; Pós-Graduação em Serviço Social.

1. INTRODUÇÃO

O artigo ora apresentado é resultante da terceira etapa da pesquisa “*Serviço Social, memória e Reconceituação latino-americana: antecedentes e expressões na escola de Porto Alegre*”. Nesse trabalho analisamos o debate profissional gaúcho na conjuntura de 1975-85, após o esgotamento do movimento de reconceituação latino-americano, considerando o processo de criação da pós-graduação na PUCRS. Esse período do estudo abrange a crise econômica e política do regime ditatorial que acarretou na distensão política (1974-1978) e posteriormente na reabertura política (1979-1985). A década de 1970 apresenta grandes alterações no capitalismo internacional, especialmente, pelo agravamento da crise do modo de produção capitalista, trazendo sério impactos para a classe trabalhadora, no que diz respeito às formas de produção e gestão do trabalho perante as exigências do mercado mundial, sob o comando do capital financeiro, que altera profundamente as relações entre estado e sociedade civil (IAMAMOTO, 2007). O resultado desse processo foi um agravamento das condições de vida da classe trabalhadora em termos globais, com particulares impactos para países de desenvolvimento capitalista tardio, dependente e periférico como o Brasil. Entende-se que a criação e consolidação da pós-graduação no Rio Grande do Sul não se dá descolada dessas conjunturas históricas, mas se constitui articulada em um cenário marcado por intensas transformações societárias no capitalismo mundial, com profundas implicações para o Serviço Social. O primeiro curso de



mestrado em Serviço Social do Rio Grande do Sul nasce no âmbito da Faculdade¹ de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS no ano de 1977. O Mestrado em Serviço Social é constituído 32 anos após a criação da graduação, representando um importante espaço para o desenvolvimento de pesquisas e formação docente no nível estadual, regional e nacional.

Em 1975, no continente latino-americano, a profissão vivencia a crise do Movimento Reconceituação, no quadro da expansão das ditaduras no continente. Entretanto, as forças progressistas de articulação profissional no continente se deslocam e se reorganizam nas instâncias organizativas da Associação Latino Americana de Escolas de Trabalho Social (ALAETS) e no Centro Latino Americano de Trabalho Social (CELATS). Em 1979, o Serviço Social brasileiro, assim como o país, experimenta a crise do regime ditatorial num contexto de greves e de lutas sociais pela redemocratização da sociedade, cuja expressão do processo se consolida no “Congresso da Virada”. No início anos 1980 é lançado o livro “Relações sociais e Serviço Social no Brasil” inserindo definitivamente na pauta da profissão a interlocução madura com o marxismo sem “amarras positivistas”. Destaca-se também, nesse período a constituição do Currículo Mínimo de 1982, estabelecendo novas bases para formação dos assistentes sociais. No processo de democratização da sociedade brasileira intensifica-se no interior da profissão o pluralismo teórico e as disputas por uma nova direção social e por hegemonia de projetos profissionais.

Por meio da análise das produções da pós-graduação da PUCRS entre 1975-1985, visamos apreender as tendências de debate do período, dando visibilidade àquela vinculada ao eixo temático “Desenvolvimento de comunidade, mobilização e educação popular”, pois o mesmo expressa tanto os antecedentes da Reconceituação na escola, como o legado da corrente do “Reformismo Reconceituador”, juntamente com a renovação dos debates profissionais através das articulações impulsionadas pelo CELATS-ALAETS. Para tanto, nos ancoramos nos achados das obtidos nas etapas anteriores da pesquisa, em que identificamos nos antecedentes da reconceituação na Escola de Porto Alegre duas tendências de renovação profissional nos anos 1955-1965, enraizadas no processo de radicalização do trabalhismo nacionalista de traços anti-imperialistas nos governos municipal e estadual de Brizola. Essas era a tendência estrutural participativa, liderada por Seno Cornely, marcada pela influência do pensamento cepalino, integrando DC, planejamento, política social e técnicas de mobilização e participação social; e a tendência pedagógica-cultural, lideradas pelas professoras Lucia Castillo, Zillah Totta e Notburga Reckziegel,

¹ Ressalta-se que no ano de 2016 ocorre uma reformulação no âmbito da PUCRS, onde a Faculdade de Serviço Social passa a compor a Escola de Humanidades da PUCRS, não mais sendo chamada de faculdade.



marcada pela incidência do pensamento católico francês, articulando abordagens grupais, DC com ênfase educativa a partir do pensamento de Paulo Freire e Ernani Fiori (MACHADO, CLOSS, ZACARIAS, 2018). Já o “Reformismo reconceituador” teve sua origem na escola a partir do I Seminário Latino-americano (1965), fruto da articulação dos docentes gaúchos com os argentinos e os uruguaios, que constituíram-se na denominada “Geração 65”. Essa tendência representou na escola a fusão das tendências renovadoras pré-1964, unificadas pela ideologia do trabalhismo e do anti-imperialismo. (SCHEFFER, CLOSS, ZACARIAS, 2019).

2. A CONSTITUIÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL E CARACTERIZAÇÃO DA FORMAÇÃO

É sobre a égide do regime militar, na década de 1960, que a pós-graduação se institucionaliza no Brasil como um sistema, tendo como marco o parecer da Câmara de Ensino Superior, nº 977/65 aprovado pelo Conselho Federal de Educação. Sua implantação era parte constitutiva do projeto de modernização conservadora e tinha por objetivo a consagrada integração entre centro e periferia, o que evidencia claramente nosso processo de dependência (GUERRA, 2011). Os anos de chumbo da ditadura militar, de consolidação da revolução burguesa no Brasil, foram marcados pelo poder da burguesia através de práticas autocráticas, autoritárias e totalitárias, ocultando as desigualdades sociais decorrentes do processo de industrialização pesada e da concentração de riquezas, de reforço do subdesenvolvimento brasileiro e da dominação imperialista externa (FERNANDES, 2005). Portanto, período de consolidação do que Netto (2011) chama de autocracia burguesa, um projeto de dominação que neutralizou os protagonistas sociopolíticos comprometidos com a democratização da sociedade. Nesse quadro, a educação se construía como um importante pilar no âmbito da ditadura militar, tanto devido a possibilidade de forjar concepções ideológicas afinadas com os ideais implementados pela autocracia burguesa, bem como, para consolidar uma qualificação de força de trabalho para contribuir com o aumento da produtividade no âmbito das relações de dependência com o capital internacional.

Nesse sentido, conforme Guerra (2011) a pós-graduação no Brasil foi criada “pelo alto”, para atender aos interesses de uma burguesia nacional e, sobretudo, estrangeira, cumprindo a perspectiva de configurar à universidade um determinado perfil de neutralidade, assepsia, tecnocratismo, conformando e sustentando uma racionalidade formal-burocrática. A pós-graduação em Serviço Social no Brasil nasce no seio desse processo, sendo designada a função de auxiliar no desenvolvimento das forças produtivas e de construir um perfil de profissional que lhe fosse funcional a dinâmica do capital, com claro perfil



tecnológico e parametrizada pelo modelo norte-americano (GUERRA, 2011). A pós-graduação em Serviço Social se constitui em meio a esses processos contraditórios instituídos pela ditadura militar na época, em um momento histórico em que o Serviço Social procura rever as suas bases de fundamentação, após o heterogêneo movimento de reconceituação entre os anos de 1965 a 1975, na tentativa da construção da identidade social latino-americana do Serviço Social. Nesse quadro, destaca-se a preocupação com o conhecimento no e para o Serviço Social, sendo que a implantação da pós-graduação em Serviço Social significou a convalidação nos órgãos oficiais do campo do Serviço Social como área de estudo e pesquisa (SPOSATI, 2007).

Os primeiros cursos de pós-graduação implantados no Brasil foram nos cursos implantados nas Universidades Católicas de São Paulo e do Rio de Janeiro, ambos em 1972, sendo que no ano de 1977 a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul implementa o seu programa de pós-graduação. Segundo o documento de fundação do programa de pós-graduação em Serviço Social, analisado nessa pesquisa, o curso de Mestrado em Serviço Social da PUCRS foi constituído a partir da consolidação do Curso de Especialização em Serviço Social Psiquiátrico fundado no ano de 1967, proveniente de uma parceria com o Centro Psiquiátrico Melanie Klein do Hospital Psiquiátrico São Pedro². A parceria com esse centro possibilitou, na época, um dos primeiros passos para a construção do programa de pós-graduação em Serviço Social na região sul do país. No ano de 1974 inicia-se um processo de reformulações e reestruturação pedagógica integrando o curso de especialização em um plano de pós-graduação de maior amplitude, expandindo, também, o seu escopo para a área de Administração de Programas de Bem-Estar Social. Desta forma, em 1975 o Curso de Pós-Graduação com Especialização em Serviço Social Psiquiátrico e Administração de Programas de Bem-Estar Social é aprovado pelo Conselho Universitário, e em 1977 é aprovado o curso de Mestrado vinculado a esta especialização.

Desta forma, o mestrado estava diretamente articulado ao curso de especialização, tendo diversas disciplinas em comum, porém com exigências distintas, especialmente no que diz respeito ao número de créditos cursados, a proficiência em língua estrangeira e a apresentação de uma dissertação. A exigência imposta era a realização de trinta e cinco créditos teóricos e sete créditos práticos (cinco créditos de estágio e dois de seminários de

²O centro foi criado em 1957, nas dependências do hospital, se constituindo como uma referência nacional na formação de psiquiatras por se constituir em um novo modelo de formação psiquiátrica, com forte ênfase psicanalítica, sendo oferecida formação em psicoterapia individual e em grupo. Este Centro assumiu uma posição de liderança nacional na formação de psiquiatras de orientação psicanalítica, e durante muito tempo foi a sede do Departamento de Psiquiatria e Medicina Legal da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul –UFRGS.



dissertação), aos candidatos para a obtenção do título de Mestre; e vinte quadros créditos para a obtenção do Certificado de Especialização.

A análise das disciplinas apontam para duas tendências presentes no âmbito da formação, tanto a presença de uma matriz fenomenológica, mais evidente na ênfase do Serviço Social Psiquiátrico, bem como, a presença da tendência modernizadora (NETTO, 2011), com uma maior ênfase no âmbito da área de Administração de Programas de Bem-Estar Social. Ainda, haviam disciplinas preocupadas com a formação profissional de docentes em Serviço Social, com disciplinas como Didática do Ensino Superior, Metodologias de Ensino I e II, Supervisão de Estágio em Serviço Social e Aprendizagem Centrada no Aluno.

Observa-se na descrição da finalidade do programa o intuito de qualificar um profissional técnico, voltado para a intervenção profissional, atendendo as determinações do Estado na época, isso é, centrado na perspectiva técnica e interventiva. Os argumentos principais para a criação da pós-graduação em Serviço Social no Rio Grande do Sul estavam centrados na ausência de programas na região, bem como, na necessidade de modernização do Serviço Social no âmbito da pós-graduação, a fim de adequar as exigências dos órgãos de regulamentação da educação no Brasil no período da ditadura militar. Evidencia-se com isso, nos argumentos de criação do primeiro programa de pós-graduação em Serviço Social uma vinculação a perspectiva modernizadora, emergente no âmbito dos debates que estavam ocorrendo no âmbito da profissão na perspectiva da revisão de suas bases teóricas e epistemológicas. A vertente modernizadora, para Netto (2011), se constituía em adequar o Serviço Social enquanto instrumento de intervenção inserido no arsenal de técnicas sociais a ser operacionalizado no marco de estratégias de desenvolvimento capitalista, às exigências postas pelos processos sócio-políticos no pós-64. Nesse sentido, conforme Netto (2011) o auge da formulação da perspectiva modernizadora se constituía na segunda metade dos anos setenta, exatamente quando o programa de pós-graduação da Faculdade de Serviço Social da PUCRS foi criado.

No livro “Metamorfoses do Desenvolvimento de comunidade” (WANDERLEY,1993) identifica-se que o debate do Desenvolvimento e Organização de Comunidade (DOC) na formação de Serviço Social na década de 1970 a 1982 transformou-se em Serviço Social de Comunidade, passando a ser atrelada à lógica do asséptica do Serviço Social de Caso e Serviço Social de Grupo. A proposta de formação “autocrática” rompia com as propostas reconceituadoras em andamento na escola de gaúcha, especialmente a de unificação dos métodos (caso, grupo e comunidade), bem como a perspectiva de multidisciplinar do DOC, ancorada na direção “mobilizadora e politizadora”.



Apesar de a vertente modernizadora estar presente no discurso de criação do primeiro programa de pós-graduação em Serviço Social do Sul do Brasil, mostra-se fundamental não homogeneizar a análise da consolidação desse programa, unicamente, pela via dessa tendência, sendo necessário compreender as demais concepções em disputas no âmbito da formação e da consolidação desse programa. No item a seguir apresentam-se dados referentes ao estudo documental das produções oriundas do Programa de pós-graduação da Faculdade de Serviço Social da PUCRS, tendo em vista explicitar as tendências temáticas e dar visibilidade às produções referentes ao eixo temático “Desenvolvimento de comunidade, mobilização e educação popular”.

3. TENDÊNCIAS TEMÁTICAS DAS PESQUISAS NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO (1975-1985)

A partir de análise do acervo histórico das produções do programa entre 1975 e 1985, verificam-se 18 produções defendidas nessa primeira década. Destas, 17 são dissertações e uma consiste em tese de livre-docência, de autoria do professor Seno Antonio Cornely – intitulada “A participação como fator crucial no sucesso dos planos locais integrados”, do ano de 1975. Nos anos iniciais do PPG destacam-se, além da referida tese, a defesa de dois trabalhos, ambos datados de 1976, com temáticas referentes a formação profissional e desenvolvidos por docentes da Faculdade. Registra-se, assim, que a maioria das produções (15 de 18) concentra-se nos anos de 1980 a 1985, sendo que destas, um pequeno universo (2 de 15) são de autoria de docentes da PUCRS, revelando a busca crescente por formação pós-graduada de assistentes sociais vinculados a diferentes espaços de trabalho no RS, registrando-se ainda trabalhos de docentes oriundos de cursos de Serviço Social da região sul, norte e nordeste do país. Quanto às temáticas das produções, verifica-se um predomínio de pesquisas referentes a formação e às escolas de Serviço Social (6 de 18), seguidas pela ênfase para o desenvolvimento de comunidade, mobilização e educação popular (4 de 18), para estudos sobre segmentos populacionais e realidades locais (3 de 18), para o exercício profissional com ênfase em administração (2 de 18) e a temática do voluntariado (1 de 18).

No que tange à primeira temática preponderante, os primeiros estudos, realizados na década de 1970, abordam temáticas referentes ao processo de supervisão de grupo na formação em Serviço Social – em consonância com os métodos clássicos do Serviço Social tradicional e, ainda a pesquisa sobre o Trabalho de Conclusão de Curso na ótica dos acadêmicos. Dentre as pesquisas desenvolvidas na década de 1980 - abarcando temas como a conscientização na formação profissional, o estudo histórico de escola de Serviço social, o perfil de vestibulandos de Serviço Social e a teoria rogeriana de aprendizagem no



Serviço Social – é interessante observar que não se identifica nas mesmas uma tendência de discussão em torno da revisão curricular que marca presença nos fóruns profissionais na virada nos anos 1970 a 1982. Portanto, os estudos desse eixo temático evidenciam a tendência do pluralismo entre as correntes em disputa no Serviço Social no período, com pequena incidência dos debates e produções vinculadas a vertente da intenção de ruptura.

Em direção distinta, o segundo maior eixo temático evidencia os elos de continuidade com o processo de renovação do Serviço Social gaúcho anteriores a ditadura e com a tendência do Reformismo Reconceituador que, na década de 1980, infere-se, amplia a interlocução com o pensamento marxista com ênfase para Gramsci, a partir da interlocução com as entidades ALAETS e CELATS, no período após o Movimento de Reconceituação. Dentre esse eixo consta a tese de livre docência de Seno Cornely e três dissertações orientadas pelo mesmo, que revelam essa processualidade.

A tese de Cornely, apresentada em 1975, “A participação comunitária como fator crucial no sucesso dos planos locais integrados” faz um estudo comparativo na região sul das experiências de assessoria multidisciplinar do projeto “município – escola” realizado pelo Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERHAU) na Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL³). Na década de 1970 na SUDESUL, iniciou-se um processo de criação de associações de municípios visando estreitar vínculos entre as administrações municipais, no sentido de fortalecer o poder decisório a nível microrregional e de proporcionar o diálogo entre a instituição e as gestões localizadas. No período de 1971-1975, a superintendência estabeleceu sua política mesorregional e suas estratégias microrregionais por meio de projetos sub-regionais.

O autor gaúcho tem como hipótese da pesquisa que a participação comunitária é um produto que exige indução por meio de equipe técnica a fim de garantir que necessidades de desenvolvimento local sejam incorporadas racionalmente aos planos do governo. O autor entende a integração como processo ativo de incorporação dos anseios populares no planejamento estatal. Observa-se ao longo estudo uma tensão e ambigüidade no debate da participação entre povo e governo, a qual busca na representação oficial do “grupo político” (prefeitos e funcionários) uma via de mediação base-cúpula que visava à democratização do processo de planejamento. Apesar de ambígua a elaboração do autor, o que nos chama atenção é que sua proposta rompe com a idéia do planejamento pelo alto, acima dos interesses da comunidade.

³ Instituída a partir do Decreto-Lei 301, de 28 de fevereiro de 1967 e extinta pela Medida Provisória 151, de 15 de março de 1990, a Superintendência para o Desenvolvimento do Sul (SUDESUL), atuou durante 23 anos na formulação, coordenação e orientação de planos de desenvolvimento da Região Sul do Brasil.



Portanto, o autor defende que o planejamento deveria ser participativo, sendo necessário que os técnicos fornecessem uma capacitação “político-pedagógica” para a comunidade, de forma que possibilitasse conhecimentos e diálogos mobilizando os sujeitos para atuarem em todas etapas e na avaliação do planejamento do governo. Entendemos que o pensamento de Cornely se situa no percurso histórico do planejamento no Rio Grande do Sul⁴, lembrando que, de 1956 a 1962, Brizola buscou implantar o *desenvolvimentismo nacionalista* no estado e na cidade Porto Alegre, tendo criado a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste do País — SPVERFSP — criada pela Lei nº 2976 de 1956⁵. O *Plano Integrado de Obras* de Leonel Brizola foi pioneiro na idéia de integração do planejamento de curto, médio e longo prazo, com projetos de estudos de viabilidade não só técnicos como também socioeconômico (FILHO ET AL, 2012).

Parte dessa história é resgatada na dissertação de Jorge Krug, defendida em 1980, intitulada “A mobilização comunitária do Rio Grande do Sul: presença dos Seminário de Desenvolvimento de Comunidade”. Krug destaca em seu estudo a ambiência histórica do trabalhismo e do anti-imperialismo do Rio Grande do Sul. Também aborda os Seminários Internacionais realizados em Porto Alegre e as disputas na Escola de Serviço Social de Porto Alegre acerca das posições da Igreja e do Trabalhismo. A partir dessa contextualização, analisa a realização dos sete Seminários Gaúchos de Comunidade no Departamento de Trabalho e Ação Social da Secretária de Estado, Negócios do Trabalho e Habitação no período de 1961-1966. Frisamos que essa experiência foi interrompida em 1967 a com demissão da maioria dos profissionais e a secretária passou por uma reformulação, no contexto repressivo dos anos iniciais da ditadura civil-militar.

Os dois estudos evidenciam a continuidade do debate do “Reformismo Reconceituador” nas produções do Serviço Social gaúcho. Verifica-se em ambos as experiências profissionais com ênfase na ampliação do Estado por meio da participação social, enquanto mecanismo de democratização da gestão e do planejamento das políticas sociais, a fim de induzir as mudanças sociais e atender às reais necessidades do povo. Verifica-se também a preocupação de um perfil profissional com capacidade teórica, técnica e política para a realização do trabalho junto à comunidade. Conforme destaca Krug (1980, p. 69), “cabe ao técnico e ao povo, juntos, manter a vigilância sobre algo que lhes pode abrir o caminho da libertação, da participação e da própria militância política.”

⁴ No estado, no período de 1940-1955, intensificou-se o planejamento setorial voltado a orientação econômica da industrialização gaúcha. Já no 1956-1974 prevaleceu planejamento global, caracterizou-se pelas grandes obras de infraestrutura para a economia gaúcha, articulado ao Governo Federal, que resultou em processos de integração e centralização política para a livre movimentação do capital (MESSIAS, FILHO, 2015).

⁵ Sua área de atuação era a região fronteira dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso.



Já a produção de Maria Luiza Lameira da Silva, intitulada “O estudo da disciplina de Comunidade a partir de uma perspectiva de práxis”, defendida 1982, é fruto de pesquisa de realizada junto a discentes, docentes vinculados a disciplina de Serviço Social de Comunidade da UFPA, bem como com assistentes sociais vinculados a instituições que desenvolvem programas comunitários na cidade de Belém. A autora, tecendo críticas a histórica influência da perspectiva funcionalista na profissão, busca problematizar o Serviço Social de Comunidade a partir das concepções de práxis no âmbito do marxismo, apresentando a seguinte questão norteadora para o estudo: “Como transformar o enfoque do ensino, no âmbito educacional do Serviço Social de Comunidade, base na práxis social?” (SILVA, 1982, p. 12). Os pressupostos teóricos da categoria práxis social, central ao estudo, ancoram-se na revisão de literatura das obras de Vázquez, Kosik, Gramsci e Althusser.

A partir desse debate, Silva (1982, p. 23) enfatiza que “a teoria e a metodologia do Serviço Social Reconceituado tem, como fundamento, a práxis do homem em suas relações com os outros homens e com o mundo”, problematizando as concepções sobre este tema nas produções de autores como Maria Angélica Gallardo Clark, Vicente de Paula Faleiros e Mário da Costa Barbosa. Com base nesse construto teórico-metodológico, Silva (1982, p. 29) conclui que “a filosofia da práxis embasa as preocupações do repensar do Serviço Social, no momento em que amplia seu entendimento sobre a totalidade homem-mundo”.

A partir da análise de depoimentos de profissionais, docentes e discentes de Serviço Social, obtidos em sua pesquisa, a autora aponta sugestões para a qualificação do processo de ensino do Serviço Social de Comunidade numa perspectiva de práxis social, quais sejam (SILVA, 1982): o aprofundamento de estudos sobre a práxis transformadora, especialmente no que tange a sua operacionalização; a importância dos profissionais realizarem uma análise reflexiva sobre a história do Serviço Social reconceitualizado; que os cursos de Serviço Social enfatizem os trabalhos extra institucionais em Igrejas, sindicatos, movimentos sociais, tendo em vista que os mesmos propiciam maiores possibilidades de desenvolvimento de metodologias de trabalho com base na práxis transformadora; a necessidade de maior articulação entre associações, sindicatos e conselhos profissionais, com vistas a fomentar debates na categoria de assistentes sociais em torno do ensino.

Na sequência, a dissertação intitulada “Serviço Social e Educação Popular: A questão das suas relações na sociedade brasileira” - datada de 1985 e de autoria Raimunda Santana, sob orientação de Seno Cornely -, é construída a partir dos pressupostos teórico-metodológicos marxistas, com ênfase para o pensamento de Gramsci. Apresenta, como um dos objetivos de investigação, o de problematizar “as particularidades que revestem a ação do Serviço Social numa perspectiva coletiva no que concerne ao sentido pedagógico-político



de sua ação e a natureza das suas mediações com o Estado e as classes subalternas e populares (SANTANA, 1985, p. 29). Para tanto, a autora elenca o Estado, a Educação e os intelectuais como categorias básicas do estudo, as discutindo a partir da interlocução direta com a obras de Gramsci (Intelectuais e Organização da Cultura, Cartas do Cárcere) e de Marx (Ideologia Alemã e Contribuição a Crítica da Economia Política).

Seu estudo também engloba a discussão das concepções sobre a educação popular no contexto da prática social e da divisão social do saber, valendo-se especialmente do pensamento de Paulo Freire, a partir das obras Pedagogia do Oprimido e Educação como Prática de Liberdade, juntamente o aporte da obra Educação Popular de Carlos Rodrigues Brandão. Nessa perspectiva a autora define a educação popular, em interface com o Serviço Social como “(...) modalidade de prática político-pedagógica, cujo horizonte situa-se na criação de uma saber popular, mediante a conquista de uma educação de classe reveladora da produção de uma nova hegemonia na sociedade desigual”, destacando sua fecundidade na construção, por parte dos assistentes sociais, “(...) de novas estratégias de ações profissionais e políticas no conjunto das práticas dos ‘intelectuais’ que desejam unidade e acompanham com esperança a trajetória das classes subalternas e populares na sociedade brasileira” (SANTANA, 1985, p. 12).

A partir do construto teórico e histórico desenvolvido pela autora em sua produção, a mesma apresenta uma síntese sobre a educação popular e o Serviço Social, enfatizando “o trabalho do assistente social enquanto intelectual que, mesmo desempenhando suas funções profissionais preponderante nos aparelhos de Estado, busca vincular-se organicamente às classes subalternas e populares” (p. 157). Discute o caráter contraditório do exercício profissional a partir da concepção presente na obra Relações Sociais e Serviço Social no Brasil, ao passo que recupera as tendências históricas da profissão em seus vínculos com as classes dominantes, bem como seus processos renovação, marcadamente a partir do Movimento de Reconceituação, apoiando-se nas produções de Manrique Castro, Vicente Faleiros e José Paulo Netto⁶.

Em termos das conclusões de sua pesquisa, destaca-se a realização de síntese sobre as relações entre Educação Popular e Serviço Social, que, para a autora, residem no desenvolvimento de um trabalho profissional com ênfase político-pedagógica que possuam “efeitos assessores de conscientização, organização e mobilização de grupos e movimentos populares” (p. 188) que, realizados a partir de diferentes setores – educação, saúde, lazer, mulheres, jovens -, se constituam em “instrumentos de luta setorial e de reforço comunitário

⁶ Destacam-se produções que expressam o debate crítico latino-americano tais como História do Serviço Social na América Latina, “Metodologia e Ideologia do trabalho social”, ambas publicadas pela Cortez, além do artigo “A crítica conservadora a reconceituação”, publicado na Revista Serviço Social e Sociedade em 1981.



aos movimentos populares de classe que os unificam” (p. 188). Nessa perspectiva, o trabalho pedagógico dos assistentes sociais deve convergir tanto para a “conquista, ampliação e apropriação de direitos sociais, pelo acesso das classes subalternas às políticas sociais, a partir dos seus interesses” (p. 189), como também para a “progressiva condução popular das práticas que sirvam à realização do projeto político de conquistas, de avanço e de ampliação do poder das classes subalternas e populares” (p. 189).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A consolidação da pós-graduação em Serviço Social no Brasil ocorre no âmbito do contexto da ditadura militar, sendo a educação se construía como uma importante estratégica para forjar concepções ideológicas afinadas com os ideais implementados pela autocracia burguesa e qualificar uma força de trabalho para contribuir com o aumento da produtividade no âmbito das relações de dependência com o capital internacional. A Faculdade de Serviço Social da PUCRS se constitui no primeiro programa de pós-graduação em Serviço Social do Sul do país, sendo criado no ano de 1977 com a finalidade de qualificar um profissional técnico, voltado para a intervenção profissional, atendendo as determinações do Estado na época, centrado na perspectiva técnica e interventiva.

O estudo documental das produções oriundas do Programa de pós-graduação da Faculdade de Serviço Social da PUCRS revela um predomínio de pesquisas referentes a formação e às escolas de Serviço Social, seguidas pela ênfase para o desenvolvimento de comunidade, mobilização e educação popular. As pesquisas desenvolvidas abarcam temas como a conscientização na formação profissional, o estudo histórico de escola de Serviço social, o perfil de vestibulandos de Serviço Social e a teoria rogeriana de aprendizagem no Serviço Social, demonstrando a tendência do pluralismo entre as correntes em disputa no Serviço Social no período, com pequena incidência dos debates e produções vinculadas a vertente da intenção de ruptura.

Na direção oposta a esse eixo temático, evidencia-se os elos de continuidade com o processo de renovação do Serviço Social gaúcho anteriores a ditadura e com a tendência do Reformismo Reconceituador que, na década de 1980, infere-se, amplia a interlocução com o pensamento marxista com ênfase para Gramsci, a partir da interlocução com as entidades ALAETS e CELATS, no período após o Movimento de Reconceituação. Essa tendência pode ser observada com maior ênfase na tese de livre docência de Seno Cornely e nas e três dissertações orientadas pelo mesmo. Desta forma, observa-se na análise das produções construídas no âmbito do programa de pós-graduação da PUCRS nas décadas de 1970 e 1980, a tendência do Reformismo Reconceituador, configurado no âmbito na produção do conhecimento científico constituído no Sul do Brasil nesse período histórico.



5. REFERÊNCIAS

- CORNELY, Seno Antonio. **A participação comunitária como fator crucial no sucesso dos planos locais integrados**. Porto Alegre: PUCRS, 1975.
- FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de uma interpretação sociológica. 5ª edição. São Paulo: Globo, 2005.
- FILHO, Alcides Goularti; ALMEIDA, André Scholl de; CARDOSO, Marlon Acastio Casagrande. Sudesul: suas concepções de desenvolvimento e suas estratégias no processo de planejamento 1956-1989. In: **Anais do VI Encontro de Economia Gaúcha**. Porto Alegre: PUCRS, 2012. Disponível em: <http://cdn.fee.tche.br/eeg/6/mesa6/SUDESUL-Suas_Concepcoes_de_Developolvimento_e_Suas_Estrategias_no_Processo_de_Planejamento_1956-1989.pdf>. Acesso em junho de 2019.
- GUERRA, Yolanda. A pós-graduação em serviço social no Brasil: um patrimônio a ser preservado In: **Temporalis**, Brasília (DF), ano 11, n.22, p.125-158, jul./dez. 2011. Disponível em <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/2141>> Acesso em junho de 2019.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempos de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.
- KRUG, Jorge Gilberto. **A mobilização comunitária no Rio Grande do Sul**: presença dos seminários de desenvolvimento de comunidade. Porto Alegre: PUCRS, 1980.
- MACHADO, Graziela S; CLOSS, Thaísa, ZACARIAS, Inez. Antecedentes da Reconceituação Latino-Americana na Escola de Porto Alegre-RS In: **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 17, n. 1, p. 67 - 80, jan./jul. 2018. Disponível em <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass>>. Acesso em junho de 2019.
- MESSIAS, Talita Alves de; FILHO, Alcides Goularti. A atuação da Sudesul nas políticas de planejamento econômico para o Rio Grande do Sul. In: **Gestão e Desenvolvimento Regional**. Taubaté, v. 11, n. 1, p. 299-322. Disponível em: <<https://www.rbqdr.net/revista/index.php/rbqdr/article/view/1619>>. Acesso em: junho de 2019.
- NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 16ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.
- PUCRS. **Programa de Pós-graduação em Serviço Social**: curso de mestrado. Porto Alegre: PUCRS, 1977.
- SANTANA, Raimunda Nonata do Nascimento. **Serviço Social e Educação Popular**: a questão de suas relações na sociedade brasileira. Porto Alegre: PUCRS, 1985.
- SILVA, Maria Luiza Lameira. **O estudo da disciplina de Serviço Social de Comunidade numa perspectiva de práxis**. Porto Alegre: PUCRS, 1982.
- SPOSATI, Aldaíza. Pesquisa e produção de conhecimento no campo do Serviço Social. In: **Katálisis**. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 15-25, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802007000300002&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em junho de 2019.
- SCHEFFER, Graziela; CLOSS, Thaísa; ZACARIAS, Inez Rocha. A Reconceituação Latino-americana na Ditadura Brasileira: a renovação do Serviço Social gaúcho. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 135, p. 327-345, 2019. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n135/0101-6628-sssoc-135-0327.pdf>>. Acesso em junho de 2019.
- WANDERLEY, Mariangela Belfiore. **Metamorfoses do Desenvolvimento de Comunidade**. São Paulo: Cortez, 1993.